



■ Presidente p.3

PS retrata a realidade "como se fosse outra"



■ Parlamento p.12

PSD defende dispensa dos funcionários públicos para acudir aos fogos

POVO LIVRE



n.º 1937

28 de setembro de 2016

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

GOVERNO COLOCA PORTUGAL NO "RADAR DO DESINVESTIMENTO"



■ Pedro Passos Coelho encerrou a conferência "Territórios de Baixa Densidade - Valorização e Coesão" em Castelo Branco



Discussão sobre impostos assusta os investidores

A fase de discussão sobre que impostos agravar já devia ter sido ultrapassada, porque “as circunstâncias excepcionais” já não se verificam. “Se acabou a austeridade, por que razão é que estamos ainda a falar em carregar ainda mais nos impostos, quando devíamos era estar a ver onde é que podemos investir, que investidores podemos atrair para Portugal?”, questionou o presidente social-democrata, em declarações no final de uma visita a uma incubadora de empresas, no Taguspark, em Oeiras, 21 de setembro.

Pedro Passos Coelho sublinha ser “uma má ideia” concentrar a discussão em saber como é que se vai buscar mais dinheiros aos impostos, porque tal representa um travão para o crescimento da economia e gera instabilidade para os investidores. “O facto de haver partidos ligados à maioria que expressam publicamente uma intenção de saque sobre quem faz acumulação para investir, quem poupa para investir ou para gastar mais tarde é



perturbador. Tudo isso é um cenário que tem estado a limitar as nossas possibilidades de recuperação e que manifestamente está a retrain a economia”, salientou.

Além disso, continuou, Portugal já não devia estar a discutir que impostos agravar, essa fase já devia estar ultrapassada e agora o debate devia estar concentrado em saber como é que a economia pode crescer.

“Quando uma sociedade passa, como nós passámos por situações de muitas dificuldades é àqueles que têm mais que nós pedimos um contributo maior”, defendeu, sublinhando que o princípio do seu Governo sempre foi pedir a quem tinha mais um contributo maior, quer fossem pessoas ou empresas.

“Se em cima daquilo que já existe nós tivermos de ir buscar com novos impostos, com sobretaxas, com contribuições extraordinárias alguma coisa mais isso está relacionado com certeza com circunstâncias excepcionais que possamos estar a viver. Essas circunstâncias excepcionais - como eu disse muitas vezes e parece que o Governo faz questão de insistir também - estão ultrapassadas, o próprio Governo diz que acabou a austeridade”, venceu.

A propósito da visita que fez à incubadora de empresas instalada no Taguspark, o líder do PSD renovou ainda os apelos à valorização dos empreendedores, considerando que além de Portugal precisar de atrair pessoas de fora, precisa também de reforçar “um bocadinho as condições para que as empresas possam florescer em Portugal”.

Debate quinzenal

PS retrata a realidade “como se fosse outra”

O líder do PSD acusa o Primeiro-Ministro de retratar a realidade “como se fosse outra”, comparando a atitude de António Costa à de José Sócrates. “Ao contrário do que aquilo que diz, está a retratar a realidade como se ela fosse outra, e isso é perigoso, ter governantes que gostam de ver as coisas como elas não são paga-se caro e nós pagámos isso muito caro durante uns anos”, afirmou o presidente social-democrata, no debate quinzenal, na Assembleia da República, 23 de setembro.

Recordando com o que José Sócrates afirmava em 2010, Pedro Passos Coelho considera ser “muito parecido” com o que o atual Primeiro-Ministro diz agora, mas assegurou que ao contrário do que aconteceu nessa altura, terá de António Costa a resolver os problemas que criar: “Lembro-me o que o seu colega primeiro-ministro de então dizia em 2010 é muito parecido consigo, não demorou muito e estava a propor o aumento dos impostos como os senhores agora fazem, o corte do investimento público, o corte das prestações sociais e o governo seguinte que trate de limpar a casa. Há uma coisa que eu lhe garanto: esta parte da limpeza será mesmo vossa excelência que terá o prazer de a fazer”.

Este foi primeiro debate quinzenal da sessão legislativa, dominado pelas “linhas orientadoras das Grandes Opções do Plano para 2017”, o documento que fundamenta o Orçamento do Estado. As Grandes Opções do Plano (GOP) são apresentadas em forma de projeto de lei, juntamente com o Orçamento do Estado, que tem de ser entregue ao parlamento até 15 de outubro.

António Costa está em “absoluta negação”

O líder parlamentar do PSD recomendou ao Governo que ouça os alertas do Fundo Monetário Internacional (FMI), considerando que as instituições internacionais e nacionais estão a evidenciar os “falhanços” da governação de António Costa, que está em “absoluta negação”. “Olhando para aquilo que é o rigor com que



estas instituições normalmente analisam a situação nos países, quer-me parecer que era um alerta que devia ser ouvido e escutado pelo Governo”, afirmou o presidente da bancada do PSD, Luís Montenegro.

Sublinhando que as instituições internacionais e nacionais estão a apontar as “fraquezas e falhanços da governação do doutor António Costa”, Luís Montenegro disse esperar que na “dicotomia de ideias” que existe, seja o executivo socialista a ter razão e não o FMI, a Comissão Europeia, o Conselho de Finanças Públicas, o Banco de Portugal e a Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República.

“Nós todos esperamos que não sejam os portugueses a pagar esta teimosia do primeiro-ministro em não querer ver aquilo que está a acontecer à sua volta”, su-

blinou, acusando António Costa de estar em “absoluta negação”.

“O FMI é apenas mais uma instituição que não confia na obtenção dos resultados a que o Governo português se propôs para 2016, mas a Comissão Europeia já disse exatamente a mesma coisa, instituições nacionais com o Conselho de Finanças Públicas, a Unidade Técnica de Apoio Orçamental da Assembleia da República, o próprio Banco de Portugal, têm evidenciado a debilidade da argumentação do Governo e do primeiro-ministro”, acrescentou.

Num relatório divulgado dia 22, o Fundo Monetário Internacional recomendou que o Governo aplique medidas de austeridade de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de 900 milhões de euros, no próximo ano,

focando-se nos salários e pensões da função pública e insistiu que são precisas “mais medidas adicionais” para que Portugal cumpra a meta do défice com que se comprometeu para este ano, de 2,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

Cortes definitivos nas subvenções partidárias

O PSD vai apresentar uma proposta de alteração à lei do financiamento dos partidos para que os cortes atuais nas subvenções públicas se tornem definitivos. “Se a Assembleia da República e os demais partidos tiverem interesse em transformar este corte que era transitório num corte permanente e definitivo, em primeiro lugar deve fazê-lo não na lei do Orçamento do Estado, isto é, não deve ser para o ano de 2017, deve ser para todos os anos subsequentes”, defendeu o presidente do grupo parlamentar do PSD.

Desta forma, explicou, o instrumento mais adequado será alterar a lei do financiamento dos partidos e não introduzir uma norma no Orçamento do Estado para 2017. “Nós estamos abertos para que se possa mudar a lei se todos os outros partidos tiverem essa disponibilidade, não há de ser pelo PSD que em Portugal não se pode continuar a poupar no volume de meios públicos que é adstrito ao funcionamento dos partidos e das campanhas eleitorais”, assegurou Luís Montenegro.

Luís Montenegro adiantou ainda que não há qualquer tipo de conversações com os socialistas, lembrando que se trata de uma questão nova, que foi colocada na agenda mediática nos últimos dias. “A nossa posição é muito clara, nós PSD adaptámo-nos, ajustámo-nos e convivemos com o sacrifício que os partidos tiveram de fazer, com a diminuição da subvenção pública. Se quiserem transformar essa diminuição numa diminuição permanente e se houver essa abertura - e para isso não chega o PSD, porque não temos votos suficientes, mas temos o nosso contributo a dar - nós fá-lo-emos com toda a clareza”, reiterou, insistindo que importa perguntar ao PS, nomeadamente ao seu secretário-geral se acompanha o PSD “nesta predisposição”.

A Assembleia da República, por iniciativa do PSD, aprovou uma alteração em 3 de janeiro de 2013 à Lei 55/2010, prorrogando a redução em 10% até 31 de dezembro de 2016 da subvenção destinada ao financiamento dos partidos políticos. Igualmente, a coberto da referida lei, aprovou ainda a redução em 20%, até 31 de dezembro de 2016, do montante das subvenções destinadas às campanhas eleitorais bem como ao limite das despesas de campanha eleitoral.

Em comunicado, o PSD esclareceu que “não se revê na posição tornada pública pelo Partido Socialista”.

Para o PSD, os partidos políticos são fundamentais para a democracia, mas devem ser os primeiros a reconhecer a realidade e atuar em função da sociedade em que estão integrados. Assim, o PSD anunciou que apresentará uma proposta de alteração à lei do financiamento dos partidos para que os cortes hoje em vigor se tornem permanentes.



Conferência “Territórios de Baixa Densidade - Valorização e Coesão”

Governo coloca Portugal no “radar do desinvestimento”



exercício de transformismo daquilo que é a realidade económica e social do país”

O líder social-democrata destacou a importância da economia local e das condições de atratividade em que os territórios de baixa densidade devem apostar de forma a captar investimento, criando emprego e tornando apelativa a fixação de população ativa.

Pedro Passos Coelho visitou, posteriormente, o Centro de Inovação Empresarial de Santarém, reforçando a necessidade de uma estratégia de crescimento económico para Portugal.

Acusou ainda os socialistas de quererem reescrever a história, para “isentar o PS da desgraça” que aconteceu em Portugal durante muitos anos: “Quero dizer que o PSD acha muito sintomático que o PS, hoje, já só queira reescrever a História. Esse é, possivelmente, o elemento simbolicamente mais relevante do seu falhanço. Um partido e um governo que só sabem dizer mal dos anteriores para poder tapar os fracos resultados que podem oferecer no presente, dá bem a entender que não tem nada de positivo para oferecer para futuro”. E deu como exemplo o estudo da fundação Manuel dos Santos, apresentado na semana passada, para dizer que os socialistas utilizam elementos de natureza científica para suportar as suas afirmações.

Pedro Passos Coelho acusa o Governo de colocar Portugal no “radar do desinvestimento” e critica o envolvimento do Executivo de António Costa em “polémicas semanais” que quebram a confiança dos investidores. “Agora dá a impressão de que o Governo em funções se aplica em colocar Portugal no radar do desinvestimento. E, praticamente todas as semanas, envolvem-se em novas polémicas que assustam os investidores, afastam Portugal de um radar positivo, estável e de confiança, para o colocar num radar de um país com instabilidade fiscal, com incerteza quanto ao futuro”, afirmou Passos Coelho.

Pedro Passos Coelho falava segunda-feira, 26 de setembro, em Castelo Branco, no encerramento da conferência “Territórios de Baixa Densidade - Valorização e Coesão”, promovida pelo PSD, antecipando a discussão em plenário de um diploma que defende a criação de condições mais favoráveis a nível fiscal para estas zonas.

O líder do PSD sublinhou que a posição do atual Governo acaba por ser um impeditivo para que mais empreendedores e mais capital externo possam afluir ao país: “Acho que era indispensável que os governos preservassem aquilo que é relevante no médio e longo prazo, afirmassem as suas diferenças no dia-a-dia em muitas políticas públicas, mas em que fosse possível preservar o interesse estratégico do país”.

Para o presidente social-democrata, foram precisos alguns anos para colocar Portugal no radar do investimento externo, adiantando que o atual panorama “é crítico” para o país, em particular, para os territórios de baixa densidade. “Ora, nós fomos bem sucedidos em colocar Portugal nesse radar do investimento direto externo e conseguimos, de facto, fosse para a dívida pública, fosse para a economia real, para a parte mais produtiva da nossa economia, atrair investimento externo”, sustentou.

O líder social-democrata adiantou que o interesse estratégico do país depende hoje da sua inserção europeia e sublinhou que não deve ser beliscado com discussões sobre se se deve ou não estar no euro ou se se deve ou não reestruturar a dívida. “É um mau princípio lan-



çar estas discussões através de um Governo que devia estar a incutir confiança nos seus parceiros e a reforçar a inserção de Portugal na União Europeia (UE)”, alertou.

Passos Coelho disse saber como a retórica choca com a realidade, quando esta se impõe: “Lembro-me particularmente bem de períodos que passámos há uns anos, quando os governantes se dedicavam a negar a realidade e a transformar o debate público numa espécie de anedota pública sobre aquilo que deveriam ser os fundamentos do crescimento do país. (...) Creio que, infelizmente, o Partido Socialista voltou a esse ponto e hoje assistimos às intervenções, seja do Governo seja de destacados elementos do PS, fazendo novamente este

Segundo Passos Coelho, o estudo sobre a pobreza em Portugal em consequência do processo de ajustamento que teve lugar após o pedido de resgate em 2011, “desmente” o seu próprio título, porque começa em 2009 [quando o país era governado pelo PS] e vai até 2014, compreendendo dois anos de políticas que são anteriores àquilo que foi a execução do programa de ajustamento económico e financeiro.

“É muito curioso porque depois quando olhamos para os dados que são divulgados sobre quem foi mais afetado nesse período, reparamos que as conclusões não estão de acordo com os dados revelados”, sublinhou.



O líder social-democrata adiantou que se recorda daquilo que se passou de 2009 a 2011 [governo socialista de José Sócrates]: “Percebemos o impacto que isso teve, não apenas na distribuição de rendimentos e da pobreza em Portugal, mas também no impacto que as políticas públicas, nomeadamente em sede fiscal, produziram junto dos diversos estratos económicos e sociais”.

“Ficamos a saber, por exemplo, das conclusões que foram apresentadas como sendo conclusões que se reportam aquilo que foi o período de ajustamento, que o impacto mais significativo, mais de metade do impacto que é apresentado como sendo das políticas do programa de ajustamento, tiveram lugar entre 2009 e 2011”, frisou.

Sem negar que o programa de ajustamento não trouxe consequências negativas, realçou o que considerou ser o esforço feito pelo PS “recontar a História”. “É um exercício de falsificação na qual o PS e hoje os seus aliados se esforçam por fazer quando não têm mais nada para apresentar e é um resultado de falsificação que deve ser denunciado”, sustentou.

“A realidade é esta: quando não cuidamos de responder a tempo aos problemas que temos, esses problemas refletem-se sempre de uma forma muito penosa sobre toda a gente e, quem tem menos, fica sempre mais sujeito às más condições do que quem tem mais”, afirmou.

Disse também que não foi assim entre 2009 e 2011 período em que quem foi mais atingido, mesmo ao nível dos rendimentos, foram aqueles que tinham menos e adiantou que foi durante o governo a que presidiu que se corrigiu essa tendência.

“Nós [PSD], do nosso lado, continuamos a trabalhar para que o nosso futuro não seja um regresso ao passado”, concluiu.

Luís Montenegro: “É altura de olhar para os problemas e resolvê-los”

Por sua vez, o presidente do grupo parlamentar do PSD acusou o Primeiro-Ministro de “fanfarronice” ao responsabilizar o anterior Governo de agravar a crise no país. “É preciso dizer a António Costa, primeiro-ministro que já chega de fanfarronice. Já chega. É altura de olhar para os problemas e resolvê-los. Com certeza confrontar as suas posições com as do PSD, nós também não vamos perder de vista esse objetivo, mas há coisas que não devem ser ditas com esta ligeireza e com esta partidarite”, afirmou Luís Montenegro.

Luís Montenegro referiu-se às recentes declarações públicas de António Costa que acusou o anterior Governo do PSD e do CDS-PP, de ter agravado a crise, quando pegaram no país quando ele estava a assinar o pedido de empréstimo de 78 mil milhões de euros para que o estado pudesse pagar salários.

“O Partido Socialista não concordou com a nossa governação, é normal, é salutar. Agora dizer que agravámos a crise quando fomos governar o país, quando ele estava a assinar o pedido de um empréstimo de 78 mil milhões de euros, para que o Estado pudesse pagar salários, pudesse ter polícias na rua e hospitais abertos (...), podem discordar de nós e até dizer que eram capazes de fazer melhor. Têm agora a oportunidade, infelizmente não se estão a sair bem”, disse.

Contudo, adiantou, dizer que foi o anterior Governo que acentuou a crise no país, é demasiado: “Faço aqui esta referência porque é uma das intervenções mais recentes do primeiro-ministro e eu espero que ele não a repita e não repita esta postura a propósito deste designio [territórios de baixa densidade] que temos, de ter um país mais coeso do ponto de vista territorial social e económico”.

O social-democrata lançou um desafio público ao PS, para que tenha uma postura de Estado e considerar este objetivo estratégico para o futuro do país adiantou que espera, neste domínio, que possam concentrar as

energias na procura daquilo que os pode aproximar e que não haja uma partidarização excessiva nesta matéria.

“Espero que os parlamentares, todos eles, possam no dia 13 [outubro] estar de peito aberto nesta discussão e possamos fazer a partir do nosso projeto também um incremento legislativo que possa servir de base a este e aos próximos governos para não perder de vista este objetivo”, sustentou.

No dia 13 de outubro de 2016, irá discutir-se na Assembleia da República o diploma entregue pelo PSD no parlamento no final de julho, que cria o estatuto de “território de baixa densidade”. Este estatuto visa criar condições mais favoráveis a nível fiscal, de investimento, de promoção da natalidade e de acesso a serviços públicos. O projeto de lei atribui a 165 dos 308 municípios do país o estatuto de “Território de Baixa Densidade” (TBD), do qual beneficiam ainda 73 freguesias localizadas em municípios que não estão classificados como TBD, correspondendo a dois terços de Portugal Continental. Este mapa dos concelhos do interior do país partiu de uma proposta da Associação Nacional de Municípios Portugueses e teve acolhimento, em 2015, por parte da Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria, para a gestão dos fundos comunitários 2014-2020. O estatuto proposto pelo PSD prevê que o Estado deverá “privilegiar a instalação de novos serviços públicos” nos territórios classificados e impõe que o encerramento de



serviços públicos existentes obrigue a um estudo prévio sobre as consequências sociais e económicas, e exige pareceres de cinco entidades diferentes: autarquia, comunidade intermunicipal, estabelecimento de ensino superior mais próximo, associações de desenvolvimento local, patronais ou sindicais e comissão de coordenação e desenvolvimento regional. O diploma estabelece que o Governo deve criar um “novo regime legal de incentivos à instalação de novas empresas e investimentos, incluindo apoios ao nível fiscal, redução do valor das taxas e medidas de simplificação administrativa” e um “programa de apoio à criação de emprego” naqueles territórios. O programa de apoio à criação de emprego prevê ainda “isenções e reduções temporárias” da taxa para a Segurança Social nas novas contratações e medidas como o aumento do período de subsídio de desemprego, a criação de planos de reconversão profissional, aumento das prestações remuneratórias em programas “de ocupação ativa de desempregados”.

Governo trava despesa para apresentar “boas contas”

No final de uma visita ao Centro de Inovação Empresarial de Santarém, o presidente do PSD revelou que “aparentemente as boas contas” que o Governo tem apresentado resultam do facto de estar “a travar às quatro rodas” a despesa que tinha programado.

De acordo com Passos Coelho, o que se viu dos primeiros sete meses do ano “não augura nada de bom”: “São resultados que estão abaixo daquilo que o Governo tinha entendido como sendo as metas que estabeleceu para este ano. Claramente abaixo. Isso verificou-se no mês de julho já com a receita fiscal. Julgo que em agosto se terá intensificado, que a receita terá tido um desempenho ainda pior do que o que teve até julho e, no essencial, aquilo que são aparentemente as boas contas que vêm sendo apresentadas resultam do facto de o Governo estar a travar às quatro rodas aquilo que era a despesa que ele próprio tinha programado, nomeadamente em termos de investimento público e de aquisição de bens e serviços”.

Passos Coelho entende que “o Estado não está a realizar os contratos que se comprometeu a realizar, seja na compra de equipamentos, seja no investimento público”, alertando que deixar para a segunda metade do ano despesas que ainda não ocorreram trará “riscos orçamentais maiores”, sem que se saiba “que margens o Governo terá para fazer face a esses riscos e ainda assim cumprir as metas”.

“São, no dizer de todas as entidades que se têm pronunciado sobre esta matéria, riscos elevados, com pressões muito elevadas, que tiram um bocadinho de credibilidade às metas que estão fixadas. A mim parece-me que, ao contrário do que o Governo tem dito, não haverá condições para [o défice] ficar confortavelmente abaixo de 2,5%. Eu acho que se pode dizer que ficaremos confortavelmente acima disso”, acrescentou.

Passos Coelho afirmou que “só no fim” se verá se o Governo terá capacidade para que o défice fique abaixo dos 2,5%, sublinhando que cumprir as metas que estão estabelecidas “é uma questão de credibilidade para o país”.

“Espero que isso possa acontecer”, mas, “o que nós vamos vendo é as dificuldades que o Estado tem tido em ter essas contas controladas. (...) Se nós [Governo PSD/CDS] em emergência, apesar de tudo, tínhamos mais dinheiro para investimento público que agora o Governo tem, alguma coisa não está a funcionar bem. É apenas para isto que quero chamar atenção”, frisou.

Passos Coelho assinalou ainda que o Estado deve ter “uma abertura maior” ao aparecimento de novos operadores de transportes que melhore o serviço prestado aos cidadãos, defendendo que estas novas soluções “precisam de regulação”.

“Somos favoráveis que o melhor serviço possa ser prestado aos cidadãos e isso obriga o Estado a ter uma



António Guterres consolida candidatura à ONU

O presidente do PSD congratulou-se também com o resultado de António Guterres na quinta votação secreta ocorrida entre os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas para eleger o próximo secretário-geral da organização: “À medida que o tempo vem passando, e que estas votações ocorrem, se vai consolidando na imagem do engenheiro António Guterres a candidatura mais forte ao lugar de secretário-geral da ONU [Organização das Nações Unidas] e isso evidentemente eu quero sublinhar”.

Passos Coelho elogiou o “trabalho importante feito pela diplomacia portuguesa” e destacou o facto de o ex-primeiro ministro português ter vindo “a ampliar a margem de conforto sobre outros candidatos”.

António Guterres obteve 12 votos “encoraja”, dois “desencoraja” e um “sem opinião”, precisamente o mesmo resultado da última votação, que ocorreu a 9 de setembro. A votação de 26 de setembro encerra o primeiro ciclo da eleição, já que na próxima votação, prevista para a primeira semana de outubro, serão diferenciados, com boletins de cores diferentes, os votos dos cinco membros permanentes (Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido e China, com poder de veto) e os restantes membros não permanentes do Conselho.

abertura maior a novos operadores que possam aparecer. O que se tem é de exigir alguma equidade no tratamento dessas soluções”, declarou.

“Se o governo está a atender a isso, está a responder no sentido correto. Quer dizer, se não impõe a uns – como são os taxistas – custos e despesas demasiadas quando a outros não lhes reconhece a necessidade de passar pelo mesmo crivo, pela mesma exigência, pelo mesmo quadro regulatório então alguma coisa está mal”, declarou.

“Creio que é neste sentido [da regulação] que o Governo está a trabalhar, mas não conheço ainda as soluções em concreto que estão a ser preparadas”, afirmou, reconhecendo a importância de “regular este mercado sem criar disparidades muito grandes entre aqueles que prestam o mesmo tipo de serviço”.

O líder do PSD visitou na tarde de segunda-feira, o Centro de Inovação Empresarial de Santarém, para “reforçar a necessidade de uma estratégia de crescimento económico para Portugal”.

Matos Rosa em Oliveira do Hospital

O secretário-geral do PSD, José Matos Rosa, esteve no sábado, 24 de setembro, num encontro-convívio do PSD de Oliveira do Hospital, distrito de Coimbra.



PSD leva alterações ao IMI ao Tribunal Constitucional

O PSD anunciou sexta-feira, 23 de setembro, que apresentará um pedido de fiscalização sucessiva da constitucionalidade do diploma que estabelece que o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) pode aumentar ou diminuir consoante a exposição solar ou a qualidade ambiental. O anúncio foi feito pelo deputado do PSD António Leitão Amaro antes da votação da apreciação parlamentar apresentada pelos sociais-democratas, de cessação de vigência daquele diploma.

A apreciação parlamentar das alterações ao IMI, que o CDS-PP também apresentou, foi chumbada com os votos contra do PS, BE, PCP, PEV, votos a favor do PSD e do CDS, e abstenção do PAN.

As alterações ao IMI, publicadas em 1 de agosto, definem que o coeficiente de “localização e operacionalidade relativas” possa ser aumentado até 20% ou diminuído até 10%, caso fatores como a exposição solar, o piso ou a qualidade ambiental sejam considerados positivos ou negativos.



Acompanhe-nos no dia-a-dia...



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

Ciclovias não resolvem os problemas de Lisboa

O vereador do PSD na Câmara de Lisboa António Prôa considera que o anúncio de mais 150 quilómetros de ciclovias na cidade “é ofensivo” para os lisboetas e “em nada contribui” para resolver os problemas de mobilidade. “O anúncio do investimento em 150 quilómetros de ciclovias é ofensivo para a maioria dos lisboetas que diariamente sofrem com o trânsito que se agrava, com os transportes que não têm e com as intervenções precipitadas na cidade com que são confrontados”, refere António Prôa numa nota enviada à agência Lusa.

Na semana passada, o vereador da Estrutura Verde da Câmara de Lisboa, José Sá Fernandes, anunciou que Lisboa vai contar com mais 150 quilómetros de ciclovias, que irão “atravessar a cidade toda, transversalmente”, e que devem estar disponíveis até 2018.

Para o PSD, as novas ciclovias “em nada contribuem para resolver os problemas de quem tem de se deslocar diariamente das zonas limítrofes para a cidade de Lisboa para trabalhar ou estudar, faça sol ou faça chuva”.

Assim, António Prôa acusa a liderança do executivo municipal (de maioria socialista) de tratar a questão das ciclovias como “folclore”, pois revela um “provincianismo de querer fazer igual ao estrangeiro, esquecendo as diferenças é preocupante e revela complexos não resolvidos”.

Ressalvando que “as ciclovias podem e devem ser uma realidade”, o social-democrata vinca que esta iniciativa “não pode servir para campanhas, para ficar bem na fotografia, quando não se resolvem problemas sérios de mobilidade na cidade, antes se agravam”.

Assim, o autarca advoga que a despesa “será de muitos milhões de euros, que não poderão ser investidos para resolver os problemas do trânsito cada dia mais caótico na cidade de Lisboa”.

Estes 150 quilómetros juntam-se aos 60 já existentes na cidade e abrangerão o eixo marginal, eixo Benfica-Braço de Prata, o Eixo Central (entre as avenidas Fontes Pereira de Melo e da República), Olivais, a circular exterior do concelho e, ainda, o eixo Alcântara-Luz. Esta “rede principal será complementada com uma rede secundária”, apontou o responsável, acrescentando que o objetivo é “unir a cidade inteira”, visto que a rede será conjugada com “zonas 30, permitindo a coexistência da bicicleta com o carro”.

António Prôa acusa o município de “não fazer a sua obrigação e não resolver problemas com os meios de que dispõe”, nomeadamente através da fiscalização de cargas e descargas, evitando estacionamento em segunda fila, aumentando a extensão das faixas BUS ou fiscalizando as zonas de emissões reduzidas.

PSD questiona Câmara de Lisboa sobre alterações no júri do concurso da Segunda Circular

O grupo municipal de Lisboa do PSD solicitou “informação detalhada” sobre o concurso para requalificação da Segunda Circular, anulado por suspeita de conflitos de interesses, e perguntou porque foi o júri alterado, uma mudança desvalorizada pela autarquia.

Num requerimento enviado à presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta, o líder da bancada municipal do PSD, Sérgio de Azevedo, pede que este órgão deliberativo solicite, “com caráter de urgência”, toda a “informação devidamente detalhada” ao vereador do Urbanismo, Manuel Salgado. “A suspensão das obras programadas para a Segunda Circular tem levantado dúvidas quanto às justificações que a sustentam”, observa o social-democrata, especificando que “um dos esclarecimentos prementes se prende com o júri do concurso”.

Na reunião camarária de 23 de março deste ano, foi aprovada uma proposta sobre esta empreitada, definindo como membros efetivos do júri do concurso os técnicos da autarquia Pedro Félix, Amélia Talhinhos, Ana Luísa Trindade, Jorge Lavaredas e Sandra Rodrigues, segundo o documento, a que a agência Lusa teve acesso.

Porém, nos relatórios de monitorização desse concurso (datados de maio, julho e agosto), aos quais a Lusa também teve acesso, a composição do júri surge diferente: Mónica Ribeiro, Amélia Talhinhos, Isabel Camacho, Helena Ribeiro e Sandra Rodrigues.

No requerimento, o PSD assinala que, entre a aprovação do procedimento do concurso e a elaboração dos relatórios, não tem conhecimento de “nenhuma decisão do município, em sessão pública ou privada, em que se tenha proposto ou aprovado a constituição de novo júri” para o concurso.

Os deputados sociais-democratas questionam, assim,

“quais as razões fundamentadas para o afastamento do júri inicial” e se este foi “um dos motivos que levou à suspensão do concurso de empreitada”.

A Câmara de Lisboa anulou o concurso para a requalificação da Segunda Circular e abriu um inquérito para averiguar a existência de eventuais “conflitos de interesses” por parte de um projetista, anunciou no início do mês o presidente da autarquia. Fernando Medina afirmou, na ocasião, que “estas decisões resultam de o júri do concurso ter detetado indícios de conflitos de interesses, pelo facto de o autor do projeto de pavimentos ser também fabricante e comercializador de um dos componentes utilizados” na mistura betuminosa. A decisão, que visa a não adjudicação da obra, também suspende “a empreitada já em curso relativa à intervenção na Segunda Circular, no troço entre o nó do RALIS e a Avenida de Berlim”, iniciada a 04 de julho, já que “a equipa [envolvida] é a mesma”, acrescentou.

PSD/Porto alerta para o aumento do número de insolvências no distrito



O presidente da distrital do PSD/Porto, Bragança Fernandes, acusa o Primeiro-Ministro de fazer “reengenharia criativa” com os números sobre a economia no país, revelando que no distrito do Porto o número de insolvências aumentou 20% em 2016. “O número de insolvências em Portugal aumentou quase 10% em 2016, face a período homólogo em 2015, ultrapassando a fasquia das cinco mil empresas. No distrito do Porto essa variação foi a maior do país, com quase 20% de aumento”, refere o líder da distrital.

Em comunicado, Bragança Fernandes acusa o Governo de “incoerência” e pede que António Costa se retrate “junto do povo português, já que no seu último debate quinzenal, faltou à verdade, quando apresentou um conjunto de informação técnica sobre a economia do país”.

“Sendo toda a matéria evocada importante para a vida das pessoas, importa, por ser verdade, rebater a informação prestada naquela que será, porventura, a matéria mais estruturante, apesar de genérica: o clima económico” diz o dirigente social-democrata que “lamenta ainda a frase infeliz de António Costa quando refere que o indicador de clima económico melhorou”.

O também autarca da Câmara Municipal da Maia aponta mesmo alguns dados publicados pelo Observatório de Negócios da IGNIOS que, considera, “estão em direção oposta ao cenário apresentado pelo primeiro-ministro”.

Segundo o dirigente “das falências verificadas em 2016, 2,3% tinham mais de cinquenta funcionários, ao passo que em 2015 apenas 1,9% das empresas insolventes se inscreviam neste perfil”.

“O debate político deve fazer-se pelas ideias e pelos resultados alcançados. A ‘reengenharia criativa’ dos números e a manipulação de métricas (sem identificar as fontes) não são consentâneas nem aceitáveis numa democracia madura”, critica Bragança Fernandes, frisando a “falta de verdade da informação prestada pelo Primeiro-Ministro”.

Estado é incapaz de honrar compromissos em Viseu

O presidente da Câmara de Viseu, Almeida Henriques, considera que o Estado Central “é incapaz de honrar compromissos e de uma política territorial”, que considera ser importante para consolidar o crescimento do município a que preside. “Infelizmente, contamos cada vez mais só conosco e cada vez menos com o Estado Central, que é incapaz de honrar compromissos e de uma política territorial, importantes para consolidar o nosso crescimento”, disse.

Na intervenção na sessão solene do Dia do Município, dia 21, Almeida Henriques enunciou alguns exemplos do que considera serem evidências do “apagamento irresponsável” do Estado Central: “O caso crónico do IP3, cada vez mais votado ao abandono e à incúria, os ‘encravanços’ da ferrovia, da ‘Via dos Duques’ e da requalificação do IP5 e da EN 229 Viseu-Sátão são apenas evidências desse apagamento irresponsável”, acrescentou.

De acordo com o autarca de Viseu, apesar da ausência de uma política regional do Estado Central, o atual executivo da Câmara Municipal conseguiu “colocar Viseu no mapa económico”.

“Alcançámos, no atual ciclo autárquico, uma nova dinâmica na promoção do investimento e do emprego. Dos contratos celebrados no programa Viseu Invest ou dos projetos aprovados na Câmara, resulta um volume de investimentos superior a 132 milhões de euros”, apontou.

Ao longo do seu discurso, Almeida Henriques evidenciou ainda que os 22 maiores investimentos no concelho traduziram-se em 1.300 novos postos de trabalho, parte dos quais já criados e outros em fase de recrutamento.

“Cuf Viseu, BizDirect, IBM e Altice são siglas de indústrias tecnológicas e de serviços que qualificam a nossa especialização económica e que se juntam a expansões de empresas radicadas como a Goucam, Habidecor, Beiranova e Casa de Saúde S. Mateus”, referiu.

No campo da educação, o autarca destacou que foram alocados mais de 15 milhões a este setor, enquanto



Desporto e Cultura representam, individualmente, cerca de dois por cento do Orçamento Municipal anual.

No que toca ao investimento nas 25 freguesias que compõem o concelho de Viseu, Almeida Henriques informou que foram realizados, nos últimos três anos, investimentos superiores a 20 milhões de euros.

“Nunca, como neste período, se investiu tanto nas freguesias, na descentralização e na delegação de competências, apesar da quebra de receitas que registámos, nomeadamente de IMI, e apesar de estas obras não serem comparticipadas por fundos comunitários”, frisou.

Aos munícipes disse ainda que as contas do Município de Viseu continuaram a melhorar a sua sustentabilidade e solidez ao longo dos últimos três anos.

“Face a 2013, o endividamento reduziu-se em quase três milhões de euros e as disponibilidades financeiras

cresceram 10 milhões de euros, registando um salto global em terreno positivo de 20 para 30 milhões de euros. Estes números traduzem uma política orçamental de rigor e de responsabilidade”, concluiu.

A ocasião serviu ainda para homenagear quatro personalidades e outras tantas instituições locais. Ao arqueólogo e historiador João Inês Vaz foi atribuída, a título póstumo, a medalha de valor e altruísmo. As medalhas de mérito foram ainda atribuídas ao antigo jogador e atual treinador de futebol da Fiorentina (Itália), Paulo Sousa; ao atleta e embaixador de atletismo adaptado de Viseu, Mário Trindade; e ao ciclista na modalidade BTT/XCM, Tiago Ferreira. A medalha de ouro da cidade foi atribuída ao Museu Nacional Grão Vasco, enquanto o Aeroclube de Viseu, o Grupo Desportivo “Os Ribeirinhos” e a Casa de Viseu do Rio de Janeiro receberam a medalha de mérito municipal.

Educação “não é uma prioridade” para o município de Cinfães

Os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Viseu estão preocupados com as dificuldades registadas no arranque do ano letivo no concelho de Cinfães, onde consideram que “a educação não é uma prioridade para o executivo municipal”. “Atrasos no financiamento do ensino profissional, escolas públicas sem dinheiro para água, luz e aquecimento, parque escolar degradado, fracasso da carta educativa municipal: este é o arranque do novo ano letivo [no concelho de Cinfães], sustentam.

Os deputados do PSD visitaram na semana passada alguns estabelecimentos de ensino do concelho de Cinfães, onde “foi possível constatar algumas preocupações e dificuldades, nomeadamente os atrasos no pagamento do financiamento da formação profissional que, por sua vez, faz com que haja professores/formadores com ordenados em atraso e alunos sem receber as bolsas de formação desde janeiro”.

“Este constrangimento tem obrigado a Escola Profissional a recorrer a empréstimos bancários para poder cumprir algumas obrigações, como o pagamento dos vencimentos dos funcionários e o pagamento de impostos”, alegam.

Para os sociais-democratas, esta é “uma situação muito grave e comum a todas as escolas profissionais do distrito de Viseu”, que pretendem esclarecer junto do Governo a quem irão pedir esclarecimentos sobre as razões destes atrasos.

“Ainda na área financeira, fomos alertados para a rutura financeira das escolas públicas que admitem não ter disponibilidade orçamental (dinheiro) para cumprir com as despesas de funcionamento (eletricidade, água e aquecimento), nos últimos meses do ano. De salientar, ainda, a falta de assistentes operacionais nas escolas, agravada pela introdução das 35 horas semanais de trabalho, cuja contratação já não ocorre desde 2007, nem existe qualquer indicação do Governo para que tal venha a acontecer”, acrescentam.

Durante a visita à Escola Secundária Professor Doutor Flávio Pinto Resende, os deputados do PSD constataram também “a necessidade emergente de obras de requalificação no pavilhão de aulas, bem como o melhoramento do equipamento informático obsoleto”. “Este é um investimento que o Governo não foi capaz de contemplar nas obras realizadas pela Parque Escolar, nem se encontra no mapa de prioridades de investimento”, referem.

Sobre esta escola, os sociais-democratas realçam ainda o estado de degradação do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal Armando Soares, bem como a falta de recursos humanos da Câmara de Cinfães para vigilância e limpeza do espaço.

“Embora estejam previstas obras de requalificação neste equipamento desportivo da autarquia, a verdade é que é inconcebível o estado de degradação a que chegou o edifício que alberga semanalmente centenas de jovens

na prática desportiva. Incompreensível é ainda o facto de a escola pagar, há mais de 20 anos, um aluguer à Câmara Municipal de 1.000 euros mensais para que aí decorram as aulas de educação física”, evidenciam.

Sobre a Escola Profissional de Cinfães, propriedade da Câmara de Cinfães, apontam que “foi notória a falta de investimento ao longo dos anos”.

“O espaço exíguo para os alunos, pessoal docente e funcionários, bem como a falta de estruturas de apoio, são motivos mais que suficientes para perceber a dificuldade de captação de jovens, pese embora o excelente trabalho pedagógico que aí é realizado”, descrevem.

Já no agrupamento de Escolas de Cinfães General Serpa Pinto, dizem ter sido “possível verificar o fracasso da carta educativa do concelho”: “Existem complexos escolares incapazes de responder às necessidades do concelho, como é o caso do Complexo da Vila de Cinfães, que obriga a que algumas crianças sejam desviadas para escolas periféricas sem as condições de segurança e qualidade. Por outro lado, temos complexos escolares cuja lotação está muito aquém da esperada”, informam.

No entender dos deputados do PSD, “percebe-se que, para este executivo municipal, a educação não é uma prioridade”. “Nesta área, há muito para fazer em Cinfães e que, para além das medidas mediáticas que vão aparecendo nos órgãos de comunicação da autarquia, há muitas necessidades estruturais que urge colmatar”, concluíram.

PSD defende dispensa dos funcionários públicos para acudir aos fogos

O líder parlamentar do PSD anunciou que o PSD vai propor que passe a ser lei a dispensa dos funcionários públicos que sejam bombeiros, para acudir à época crítica dos incêndios. Luís Montenegro anunciou a iniciativa parlamentar em Arouca (Aveiro), onde visitou a Feira das Colheitas e jantou com militantes, sexta-feira, 23 de setembro.

Luís Montenegro explicou que o PSD considera “importante que seja consagrada [a dispensa] na lei, para que funcionários da administração direta e indireta do Estado, que de forma voluntária são bombeiros, quando forem chamados pelas corporações tenham possibilidade de exercer essa missão de voluntariado que tanto serve as populações”.

O anúncio foi feito em Arouca, concelho afetado pelos incêndios de verão, ocasião que Luís Montenegro aproveitou para manifestar a solidariedade à população. Luís Montenegro também reafirmou a posição do PSD de que os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística, sobre o défice público desmentem “a encenação com gráficos feita no parlamento pelo primeiro-ministro”: “O país tem hoje muito menos crescimento económico do que o Orçamento de Estado do PS prevê, menos exportações do que em 2015 e do que as projetadas, menos investimento, e mesmo investimento público”.

O líder parlamentar do PSD aproveitou para dar o exemplo de Arouca, “uma terra que há muitos anos reclama a melhoria do acesso à rede rodoviária nacional”, denunciando “a completa estagnação de investimento da Infraestruturas de Portugal”.

Quanto à meta do défice, disse não estar assegurada: “o facto de termos 2,8% no primeiro semestre significa que estamos a meio do jogo, a perder por poucos, mas a perder”.

Luís Montenegro recordou que o segundo semestre é mais exigente em termos de execução orçamental, “porque foram protelados muitos pagamentos e é também no segundo semestre que se vai sentir a quebra de receita da descida do IVA da restauração e a reposição integral dos salários da administração pública”.

PSD critica silêncio de “protagonistas” face aos problemas na educação

O líder parlamentar do PSD criticou também o silêncio de um “conjunto de protagonistas” face aos problemas que afetam a educação. “Há, de facto, um conjunto de protagonistas que optaram por intervir no espaço público através do silêncio”, constatou Luís Montenegro, que falava na abertura da conferência do PSD “A Organização e a Modernização da Educação em Portugal”, que decorreu em Coimbra.

Para o líder parlamentar, o PSD tem de perceber o que “está bem e o que está mal” no setor, desejando aos participantes no evento - uma plateia com cerca de uma dezena de jovens - para que olhem para a educação “não numa perspetiva com excessiva partidarite, mas sobretudo preocupados em olhar para os problemas”.

Segundo Luís Montenegro, há hoje vários problemas “com colocações com professores, há muitos problemas com as transferências do Orçamento do Estado, há vários segmentos do sistema que estão asfixiados porque não recebem aquilo que é o compromisso de financiamento do Estado e as escolas estão a viver, grosso modo, com menos 10% de os meios do que aqueles que tinham há um ano atrás”.



Há um ano, frisou, o Governo PSD/CDS era acusado de “colocar em causa a escola pública”, sendo que no presente ano, com um executivo socialista, “não tem problema nenhum”.

“Ninguém ou quase ninguém se manifesta”, notou. Em Coimbra, “sabem mais disso do que eu, que estão

mais próximos do grande ícone do silêncio do setor da educação em Portugal”, afirmou, referindo-se, de forma indireta, ao líder da Fenprof, Mário Nogueira, que ainda em agosto criticou o governo por os professores colocados não responderem às necessidades permanentes das escolas.

Desenvolver as infraestruturas agrícolas

O candidato do PSD/Açores a presidente do governo anunciou que vai apostar na construção de infraestruturas agrícolas, alegando que existem explorações “dez anos à espera” de abastecimento de água ou de eletrificação. “Ao fim de tantos anos, com milhões e milhões de euros vindos da União Europeia, continua a haver imensas explorações sem água ou eletricidade, e caminhos agrícolas com enormes deficiências. Pretendemos criar condições para que a água e a eletricidade cheguem a mais explorações”, afirmou Duarte Freitas, após visitar uma exploração agrícola na ilha de São Miguel, dia 24.

O líder dos social-democratas açorianos assegurou também que pretende estabelecer parcerias com as autarquias para a manutenção de caminhos agrícolas, de modo que estas vias “sirvam não só as estruturas agrícolas, mas também o turismo”.

Duarte Freitas aproveitou a ocasião para lamentar que o Primeiro-Ministro tenha estado “na maior bacia leiteira dos Açores sem dizer uma palavra sobre aquilo que aflige os produtores de leite da Região”. “O Primeiro-Ministro e o seu governo, há poucos meses, espoliaram os lavradores açorianos em quase dois milhões de euros com o pagamento por conta. O PSD/Açores e várias organizações de produtores pediram a suspensão desse pagamento. Os governos regional e da República não nos deram ouvidos”, lembrou.



O presidente do PSD/Açores referiu que “esses dois milhões de euros foram espoliados aos nossos agricultores sem uma explicação” da parte do primeiro-ministro: “O senhor Primeiro-Ministro veio aos Açores e não deixou uma palavra de esperança para a lavoura açoriana. Essa esperança vai ser encontrada na alternativa que o PSD/Açores preconiza. Estamos cheios de vontade e energia para mudar e fazer melhor pela nossa lavoura”.

Projeto europeu fica “comprometido” com diferentes velocidades



O presidente da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, Miguel Albuquerque, considera que o projeto europeu “estará irremediavelmente condenado” se for concretizado a diferentes velocidades.

Para Miguel Albuquerque, que falava na abertura da sessão de parceria da XXI Conferência, no Funchal, 23 de setembro, “o real desenvolvimento sustentável das RUP só será possível se a União Europeia disponibilizar os meios e concretizar as adaptações (legislativas e administrativas) necessárias, ao nível da coesão e das outras políticas, assim como no âmbito dos vários instrumentos financeiros, os quais têm revelado grandes dificuldades práticas na aplicação a estas regiões”.

Miguel Albuquerque referiu-se, também, aos “grandes e complexos desafios que se colocam à União Europeia” e destacou a necessidade de “uma nova Constituição que estabeleça uma estratégia renovada das RUP”, considerando que a atual crise migratória “não pode levar a uma secundarização da política de coesão”.

O presidente do Governo Regional da Madeira realçou que, na ultraperiferia, se regista um agravamento das disparidades territoriais em relação às restantes regiões europeias, o que “deveria justificar um critério de elegibilidade permanente ao nível mais elevado de apoio da política de coesão”. “Não basta apenas aprofundar ou reformular o atual quadro legislativo”, sublinhou Miguel Albuquerque, adiantando ser “imperioso que os ajustamentos sejam verdadeiros e adequados à realidade das RUP, sejam exequíveis e contribuam para o desenvolvimento das regiões”.

De acordo com Albuquerque, “para que o futuro não fique comprometido, as RUP têm de ser apoiadas nas suas políticas de emprego, educação, empreendedorismo e energias renováveis”. “Como forma de alcançar a verdadeira coesão económica, social e territorial, é fundamental que a Comissão Europeia encontre mecanismos capazes de apoiar os custos de transportes que pesam sobre as atividades económicas destas regiões”, insistiu.

Falando da realidade de outras regiões ultraperiféricas, Miguel Albuquerque realçou os “efeitos nefastos” para os Açores provocados pela “atual turbulência do setor do leite na Europa, no contexto do fim do regime das quotas leiteiras, opinando que as medidas anunciadas pela Comissão Europeia “não são ainda suficientes para obstar a este problema”.

Mencionou, também, a preocupação da Conferência pelo fim das quotas do açúcar em 2017, disse ser “absurdo o que se está a passar ao nível das pescas” e sublinhou a “permanente pressão por parte de países terceiros e por via de acordos da União Europeia” a que estão sujeitos os produtores de banana das RUP.

Miguel Albuquerque defendeu, ainda, a criação de um observatório de preços com a Comissão Europeia e os produtores, que controle “trimestralmente o nível médio de preço no mercado europeu e adote as medidas necessárias logo que seja detetável uma baixa de preço”.

Nesta sessão participaram a comissária europeia Corina Cretu, a ministra do Ultramar de França, representantes dos ministérios dos Negócios Estrangeiros de Espanha e Portugal, além de membros do Parlamento Europeu. Este encontro marca o fim da presidência da Madeira da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, que transita para a Guiana Francesa.



povo livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

DIRECTOR: CARLOS ENCARNAÇÃO

DIRECTOR-ADJUNTO: JOÃO CORDEIRO PEREIRA

N.º 1029

12 DE JULHO 1995

PREÇO 100\$00

Terceira maioria absoluta para governar Portugal

9



Fernando Nogueira divulga cabeças de lista

3

Edição n.º 1029 do "Povo Livre", de 12 de julho de 1995. Manchete: "Terceira maioria absoluta para governar Portugal". Carlos Encarnação era o diretor do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ABRANTES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Abrantes, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Outubro de 2016, (sábado) pelas 21h00 na sede sita na Rua de S. Pedro, nº 22 1º A, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Eleição de 3 elementos para a CPS, por motivo da vacatura de lugar, nos termos do disposto no nº 53 nº 2 al.e) dos Estatutos Nacionais

3 - Parecer sobre o candidato à Câmara Municipal a apresentar nas eleições autárquicas de 2017, nos termos do disposto no art. 53 nº 2 al. f) dos Estatutos.

ALCOBAÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alcobaca, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2016, (sábado) pelas 19h00 na sede sita na Av. Prof. Eng. Joaquim Vieira Natividade, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- A sede estará aberta, para o efeito, entre as 22h00 e as 24h00

- As urnas estão abertas das 19h00.às 21h30

BOTICAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Boticas, para reunir no próximo dia 12 de Novembro de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede sita na Av. Sangunhedo, 33, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 15h00.às 19h00

CANIDELO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Canidelo - Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 08 de Outubro de 2016, (sábado) pelas 15h00, na Junta de Freguesia de Canidelo, sita na rua António Ferreira Braga Júnior, 358 - Canidelo, com a seguinte Ordem de trabalhos:

1 - Análise da situação política local.

2 - Informações gerais.

CANIDELO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Canidelo - Vila nova de Gaia, para reunir no próximo dia 12 de Novembro de 2016 (sábado), pelas 15h00 na sede da Junta de Freguesia de Canidelo, sita na Rua António Ferreira Braga Júnior, 358 - Canidelo, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição do Núcleo de Canidelo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente do Núcleo ou a quem estatutariamente a possa substituir, na Sede da secção, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323 - Vila Nova de Gaia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

- As urnas estão abertas das 15h00 às 19h00

CUSTÓIAS - LEÇA DO BALIO - GUIFÕES/ NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da União de Freguesias de Custóias, Leça do Balio e Guifões, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2016 (sábado) pelas 15h00 na sede, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, na União das Freguesias de Matosinhos e Leça de Palmeira

- Matosinhos, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da secção, ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 15h00 às 20h00

ESPOSENDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Esposende, para reunir no próximo dia 28 de Outubro de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00 no Largo Dr. Fonseca Lima, nº 14 - A, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Eleição da Comissão Política de Secção para o período 2016/2018

2 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção para o período de 2016/2018

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, no Largo Dr. Fonseca Lima, nº 14 - A, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 18h00.às 21h00

FARO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Faro para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 08 de Outubro de 2016, (sábado) pelas 15h00, na sede do PSD Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, - Loulé, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política

2 - Autárquicas 2017

3 - Outros assuntos

GUIMARÃES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Guimarães, para reunir no próximo dia 17 de Outubro de 2016 (segunda-feira), pelas 21h30, na sede, sita no Largo do Toural, nº125, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Análise e discussão da estratégia política das autárquicas 2017

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Ílhavo para reunir, em

sessão ordinária, no próximo dia 06 de Outubro de 2016 (quinta-feira), pelas 21h00, no Salão Nobre da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1- Análise da situação política partidária

2- Outros assuntos de interesse geral

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Matosinhos, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2016, (sábado) pelas 15h00 na sede sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política de Secção e Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 15h00.às 20h00

MATOSINHOS - LEÇA DE PALMEIRA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da União de Freguesias de Matosinhos e Leça de Palmeira, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2016 (sábado) pelas 15h00 na sede, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, na União das Freguesias de Matosinhos e Leça de Palmeira,

- Matosinhos, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da secção, ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 15h00 às 20h00

ODEMIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Odemira, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 05 de Novembro de 2016, (sábado) pelas 16h00 na sede sita na Av. General Teófilo da Trindade, nº 8, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção de Odemira

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h00.às 18h00

PAREDES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Paredes, para reunir no próximo dia 22 de Outubro de 2016, (sábado) pelas 15h00, na sede na sala António Cardoso sita, na Rua 1º de Dezembro, nº 45, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

1 - Informações gerais.

2 -.Análise da situação política

PENACOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Penacova, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2016, (sábado) pelas 16h00 na sede sita no Edifício Penedo Raso, r/c, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Eleição dos órgãos da Secção de Penacova

a) Comissão Política de Secção

b) Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao

Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede distrital, sita na Rua Lourenço Azevedo, 16 – Coimbra, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h00.às 19h00

PERAFITA - LAVRA - SANTA CRUZ DO BISPO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da União de Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2016 (sábado) pelas 15h00 na sede, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, na União das Freguesias de Matosinhos e Leça de Palmeira - Matosinhos, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da secção, ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 15h00 às 20h00

SÃO MAMEDE DE INFESTA - SENHORA DA HORA / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo da União de Freguesias de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2016 (sábado) pelas 15h00 na sede, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, na União das Freguesias de Matosinhos e Leça de Palmeira - Matosinhos, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Comissão Política do Núcleo

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da secção, ao Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 15h00 às 20h00

SANTARÉM / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Santarém, para reunir no próximo dia 06 de Outubro de 2016, (quinta-feira) pelas 21h00, no Edifício de Santa Maria dos Olivais, da Junta Urbana de Tomar, sito na Rua Major Ferreira do Amaral, nº 9, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Análise da situação política actual

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Soure, para reunir no próximo dia 29 de Outubro de 2016, (sábado) pelas 16h00 no Auditório da Biblioteca Municipal de Soure, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção de Soure

- a) Comissão Política de Secção
- b) Mesa da Assembleia de Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede distrital, sita na Rua Lourenço Azevedo, 16 – Coimbra, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 16h00.às 19h00

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vagos, para reunir no próximo dia 28 de Outubro de 2016, (sexta-feira) pelas 18h00 na sede sita na Rua Cândido dos Reis, nº 440 r/c Dtº., com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede da secção, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

- As urnas estão abertas das 18h00.às 22h00

VILA REAL / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Vila Real, dotados de capacidade eleitoral, para a eleição dos Órgãos Distritais, a realizar no dia 12 de Novembro de 2016 (sábado) entre as 15h00 e as 19h00 com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único - Eleição da Mesa da Assembleia Distrital

Eleição da Comissão Política Distrital

Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital

Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira

Locais de votação

Alijó – Sede da Secção - Rua Cimo da Vila, Lote 5, Loja Esq.

Boticas – Sede da Secção – Av. de Sangunhedo, 33

Chaves – Sede da Secção – Av. Tenente Valadim, Ed. Valadim

Mesão Frio – Mercado Municipal, Fracção M, Piso 0 - Mesão Frio

Mondim de Basto – Rua do Alto do Casabril, nº 38 – Edf. Millennium

Montalegre – Sede da Secção – Praça de França, Edf. Cabrilho, Loja 3B

Murça – Sede da Secção – Praça 5 de Outubro, nº1, Sala 2

Peso da Régua – Sede da Secção – Av. Dr. Manuel de Arriaga, Edf. Tabau, Bloco 3 r/c dtº.

Ribeira de Pena – Rua do Picanhol, 3 A – Ribeira de Pena

Sabrosa – Sede da Secção – Rua Coronel Jaime Neves, nº 2

Santa Marta de Penaguião – Sede da Secção – Rua Velha, loja 3

Valpaços – Sede da Secção – Av. 25 de Abril

Vila Pouca de Aguiar – Sede da Secção – Rua Prof. Mota Pinto, nº 10

Vila Real – Sede da Secção – Rua da Boavista, nº 11

Notas

- As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, encontrando-se a Sede aberta para o efeito, naquele dia, das 21h30 às 24h00.

- As candidaturas dos Delegados de Secção devem ser entregues ao Presidente da Assembleia de Secção correspondente, ou a quem estatutariamente o possa substituir, nos mesmos prazos, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respectivas sedes.

- As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.



CONSELHO DISTRITAL JSD COIMBRA

A pedido da Comissão Política Distrital, a Mesa do Conselho Distrital, ao abrigo do Estatutos da JSD e demais regulamentação aplicável, convoca os conselheiros distritais da JSD/Coimbra para o Conselho Distrital Ordinário a realizar dia 7 de outubro de 2016, pelas 21:30, na sede do PSD de Penacova, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Aprovação da Ata do último Conselho Distrital;
- 2 - O papel da JSD em tempo de eleições autárquicas.

PEDRÓGÃO GRANDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis,

convoca-se o Plenário Concelhio da JSD/Pedrógão Grande para reunir, ordinariamente, no dia 5 de novembro de 2016, sábado, pelas 16h00m, na sede da JSD/Pedrógão Grande, sita no Largo da Restauração, nº 2 A, 3270 - 103 PEDRÓGÃO GRANDE, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição dos órgãos da mesa do Plenário Concelhio da JSD/Pedrógão Grande.

Notas:

As urnas estarão abertas entre as 16h00m e as 18h00m.

As listas candidatas deverão ser apresentadas em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem estatutariamente o possa substituir, na morada supracitada até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário da Concelhia da JSD Porto para reunir no próximo dia 10 de outubro de 2016, pelas 21 horas, na Sede do Núcleo PSD de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, 63 Porto com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da situação política.

NÚCLEO DA JSD DE ARGONCILHE (SANTA MARIA DA FEIRA)

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Argoncilhe, Concelho de Santa Maria da Feira, para o dia 28 de Outubro de 2016, pelas 21 horas, no Largo Joaquim da Silva Tavares, Freguesia de Argoncilhe, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política do Núcleo.

Notas:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h00 e as 23 horas.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

VENDAS NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Vendas Novas, para o plenário a realizar no próximo dia 5 de novembro de 2016 (sábado), pelas 17h, na sede do PSD de Vendas Novas, sita na Rua da Azinheira, nº8, 7080-150 - Vendas Novas, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política de Concelhia de Vendas Novas.

NOTA:

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As listas devem ser entregues na sede do PSD de Vendas Novas, na morada supracitada. As urnas estarão abertas das 17h00m às 19 horas.